



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COLÉGIO MILITAR DE BRASÍLIA**

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 90101/2026
(Processo Administrativo n. 64250.000427/2026-96)**

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APOIO DE ALFAIATARIA

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO nº XX/2026 que entre si fazem a UNIÃO FEDERAL, por intermédio do COLÉGIO MILITAR DE BRASÍLIA (CMB), e a empresa ... visando a exploração do serviço de barbearia nas dependências deste estabelecimento de ensino.

Aos xx dias do mês de xx do ano de 2026, nesta cidade de Brasília - DF compareceram, de um lado como cedente, a União Federal, por meio do Comando do Exército, representado neste ato pelo Comandante do Colégio Militar de Brasília, o Sr. Cel MARCELO FLÁVIO SARTORI AGUIAR, Ordenador de Despesas do Colégio Militar de Brasília (CMB), Órgão do Ministério da Defesa, com sede à SGAN 902/904 – Conjunto “A”- Asa Norte - Brasília/DF, CNPJ Nr 09.604.923/0001-27, doravante denominado CEDENTE e a Empresa XX, inscrita no CNPJ sob o Nr 27.504.543/0001-00, sediada no ... doravante designada CESSIONÁRIA, neste ato representada pela Sr(a). ..., brasileira, na função de sócia/Proprietária, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo n. 64250.001494/2026-28 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como à legislação correlata, e as exigências estabelecidas no processo licitatório, resolvem firmar o presente TERMO DE CONTRATO DE CESSÃO DE USO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE BARBEARIA, estabelecendo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – que a União Federal é proprietária e legítima possuidora do imóvel administrado pelo Comando do Exército, situado à SGAN 902/904 – Conjunto “A”- Asa Norte - Brasília/DF, e assim se descreve e caracteriza: área medindo 19,27m² para exercício de atividade de apoio de benfeitoria.

CLÁUSULA SEGUNDA – constitui objeto do presente termo a cessão de uso para exercício de atividade de apoio de benfeitoria existente no imóvel determinado na cláusula primeira, assim descrita e caracterizada: prestação de serviços de barbearia e afins com a finalidade de atender prioritariamente às necessidades dos alunos e seus familiares, militares e a quem mais interessar no âmbito do Colégio Militar de Brasília, incluindo o fornecimento, pela Concessionária, de todos os equipamentos, utensílios e demais materiais necessários, sendo vedada qualquer outra destinação.

CLÁUSULA TERCEIRA – que vem outorgar o presente termo a ..., acima qualificado, mediante pagamento de quantia (periodicidade negociada entre as partes) denominada renda, no valor de R\$ XX (XX), correspondendo ao valor estimado anual de R\$XX (XX), que será atualizado anualmente pela variação apurada no índice IGP-M no período.

Nos meses de julho, dezembro e janeiro (férias escolares), poderá – desde que a cessionária esteja adimplente com todas obrigações contratuais e decorrentes do instrumento convocatório, gozar de desconto de 50% do valor acima denominado "renda".

PARÁGRAFO ÚNICO – o pagamento do valor ajustado após o vencimento será acrescido de multa de 10% (dez) por cento e 1% (um) por cento de juros de mora ao mês sobre o valor atrasado.

CLÁUSULA QUARTA – o prazo da cessão de uso é de 5 (cinco) anos, iniciando-se na data de assinatura do presente contrato, podendo ser prorrogado a critério das partes, por igual período ou inferior, não ultrapassando o limite de 05 (cinco) anos, em conformidade com o § 2º do Art. 24 da Portaria nº 200-DEC, de 3 de dezembro de 2020, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 3.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 3.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 3.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 3.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 3.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 3.1.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- 3.1.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação;

CLÁUSULA QUINTA – o cessionário fica obrigado a permitir a inspeção periódica pelo cedente, por meio de servidor seu devidamente credenciado e, finda a cessão de uso, a restituir o imóvel no estado em que o está recebendo neste ato, ou seja, em perfeito estado de habitabilidade e conservação, pintado, com todas as instalações elétricas e hidráulicas em condições de uso. Obriga-se ainda a fazer, por sua própria conta, as reparações dos estragos a que der causa, consertos ou substituições, sem direito a quaisquer indenizações, excetuadas as que se refiram a benfeitorias necessárias.

PARÁGRAFO ÚNICO – fica o arrendatário ciente de que não poderá fazer modificações ou transformações no imóvel sem autorização escrita da arrendadora, não cabendo ao arrendatário direito de retenção, mesmo que se trate de benfeitoria necessária.

CLÁUSULA SEXTA – que ao cessionário não é permitido ceder, mesmo gratuitamente, o imóvel cedido, transferir o presente termo.

CLÁUSULA SÉTIMA – obriga-se o cessionário a satisfazer todas as exigências dos poderes públicos a que der causa.

CLÁUSULA OITAVA – que a cedente poderá dar por findo, de pleno direito, este termo, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, se o cessionário infringir obrigação legal ou descumprir qualquer cláusula ou condição do presente termo.

CLÁUSULA NONA – fica estipulada a multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor da cessão de uso, na qual incorrerá a parte que infringir qualquer cláusula deste termo, com faculdade assegurada à cedente de dar por rescindida a cessão de uso, independentemente de qualquer formalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA – quaisquer estragos ocasionados ao imóvel e suas instalações, bem como as despesas a que acedente for obrigada, por eventuais modificações feitas no

imóvel pelo cessionário, não ficam compreendidas na multa prevista na cláusula nona, sendo cobradas à parte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – todas as despesas de utilização da benfeitoria, tais como consumo de água, energia elétrica, gás, telefone, condomínio e taxa de limpeza pública, ficam a cargo do cessionário, obrigando-se o mesmo a efetuar os respectivos pagamentos nas devidas épocas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – esta cessão de uso tem caráter precário e poderá ser rescindida a qualquer tempo, quando o imóvel for necessário ao serviço público, devendo haver notificação ao cessionário, não cabendo ao mesmo direito a indenização, mesmo que se trate de benfeitoria necessária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Deverá a cessionária observar as prescrições do Art. 39, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), em especial, o inciso "X" que veda o aumento sem justa causa de preço de produtos ou serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – atribui-se ao presente termo, para todos os efeitos legais e jurídicos, o valor de **R\$XX** (XX).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – para dirimir os conflitos originários deste termo, fica eleito o foro da justiça federal de Brasília/DF. Pelo cessionário foi dito que aceita o presente termo tal como se acha redigido, comprometendo-se a cumprir fielmente todas as obrigações nele contidas. E, por assim se declararem ajustados e contratados, assinam a cedente, pelo seu representante, o Comandante do Colégio Militar de Brasília, e o cessionário, ..., juntamente com as testemunhas, presentes a todo o ato, depois de lido e achado conforme o presente instrumento.

MARCELO FLÁVIO SARTORI AGUIAR – Cel

Autoridade competente

Representante Legal

Sócia/Proprietária da Cessionária

Testemunha 1

Testemunha 2